

# CARTA DO COMITÊ POPULAR DAS MULHERES FEMINISTAS BRASILEIRAS

8 DE MARÇO 2023 | DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES



O Comitê Popular das Mulheres Feministas Brasileiras é uma articulação democrática-popular do movimento feminista com representações nacionais dos movimentos sociais auto-organizados, mistos, centrais sindicais, partidos, entidades, redes e frentes de atuação política do campo da esquerda. Este comitê foi fundado a partir da necessidade do feminismo brasileiro de se articular contra as reformas do golpismo de Temer, os terrores da gestão bolsonarista e em defesa da candidatura do agora presidente Lula. No entanto, nossa articulação não se encerrou no processo eleitoral, segue na luta em defesa da vida, por autonomia, igualdade, liberdade e dignidade para as mulheres.

Articuladas nas Frentes Brasil Popular (FBP) e Povo Sem Medo (PSM), essas mesmas organizações já vinham debatendo e construindo lutas das mulheres frente ao avanço do conservadorismo, seja no "Fora Cunha", na denúncia contra o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff; seja nas violências econômicas impostas pelo golpismo, com as Reformas Trabalhista e da Previdência e a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC 95). Seguimos reafirmando a luta feminista no enfrentamento à violência sexista, ao racismo, à LBTfobia, e em defesa dos direitos dos sexuais e reprodutivos das mulheres.

A pandemia expôs e aprofundou as violências estruturais de classe, raça e gênero inerentes à sociedade brasileira e nós estivemos permanentemente em marcha pela vida digna de todas e todos as/os brasileiras/os.

Mais recentemente, nos quatro duros anos, seguimos nas ruas, mobilizadas na resistência e no enfrentamento ao governo de Bolsonaro e suas políticas fascistas e anti-povo, que, não por acaso, nomearam as mulheres e o feminismo como um dos seus principais adversários.

A eleição de Lula é para nós uma importante vitória, mas a batalha contra os retrocessos ainda está posta e são muitos os desafios e tarefas para o próximo período. Por isso, o Comitê Popular das Mulheres Feministas Brasileiras se coloca como espaço para articular a unidade entre as organizações que a compõem para a recomposição de direitos cassados pela extrema-direita e para o fortalecimento da nossa luta pela conquista por mais direitos e em defesa das bandeiras históricas do movimento de mulheres e feminista do nosso país.

Por isso, neste 8 de março de 2023, seguimos mobilizadas em defesa da vida das mulheres, em marcha, nos campos, nas florestas, nas águas, nas cidades e nas redes. Seguimos organizadas coletivamente para o enfrentamento ao machismo, ao racismo, ao capitalismo que mercantiliza nossos corpos, nossas vidas, que explora nossa força de trabalho e invisibiliza todo o trabalho doméstico e de cuidados para a sustentabilidade da vida que realizamos, que violentam nossos corpos, territórios, culturas, ambientes, nossos povos, filhos e filhas.

Depois de anos enfrentando as violências decorrentes de um governo fascista, racista, machista e genocida, vendo e vivenciando o aumento da fome e da miséria no nosso país, vivemos agora momentos de esperança. Com o governo do presidente Lula, acreditamos que voltaremos a viver em uma democracia, com respeito às instituições. Um governo que desenvolverá políticas para enfrentar as profundas desigualdades sociais, de classe, raça e gênero que marcam o Brasil, com ações urgentes como a revogação da EC do teto de gastos, da reforma trabalhista e previdenciária. Desejamos e lutaremos para que seja um governo com intensa participação popular, que ouça as mulheres para a construção participativa de políticas públicas, que enfrente a fome, a pobreza e a violência e que proporcione bem viver para o povo.

Sabemos que ter democracia é fundamental para termos uma vida de respeito, paz, para sermos vistas como sujeitos de direito e de transformação social, para que as políticas consigam responder às nossas reais necessidades. Para nós é urgente o enfrentamento à fome nos campos, florestas, águas e cidades, com políticas que fortaleçam a produção e a distribuição de alimentos saudáveis para todas as pessoas e que fortaleça o trabalho realizado pelas mulheres. Ao mesmo tempo, nossa busca maior é por bem viver, por uma vida com dignidade, igualdade, justiça, liberdade e paz.

Por isso afirmamos nosso lema: Pela vida das mulheres: Em luta contra a fome, pela democracia e pelo bem viver.

**Nesse sentido, apresentamos 13 pontos estratégicos** que consideramos fundamentais para que o governo federal, estaduais e municipais busque dar respostas ao enfrentamento da fome, na defesa da democracia e na promoção do bem viver para as mulheres e o povo brasileiro:

## 13 PONTOS ESTRATÉGICOS

- 01** Combater a fome e a pobreza através de políticas públicas de geração de autonomia e renda e de acesso à alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar e camponesa com política de redução drástica de agrotóxicos, retomada de programas como o PAA e o PNAE;
- 02** Implementar políticas de soberania e segurança alimentar e nutricional, orientados pela perspectiva agroecológica, com políticas e fomentos para a organização produtiva das mulheres do campo, das águas, das florestas e das cidades, que reconheçam e apoiem a contribuição das mulheres para a produção de alimentos saudáveis, mas também convoquem para o compartilhamento de responsabilidades por uma vida saudável;
- 03** Reestatizar a Eletrobrás para que a população brasileira não tenha mais aumento nas contas de luz, como os 25% de aumento previstos nos próximos anos, realizar mudanças no Preço de Paridade de Importação (PPI) para garantir gás de cozinha a preço justo.), assim como realizar ações que ofereçam ao povo brasileiro combustível a preço acessível para diminuir o preço dos alimentos e acabar com a fome. É um consenso coletivo que o alto preço das tarifas de energia, água, esgoto, gás e alimentos tem impactado sobremaneira o custo e a qualidade de vida da população, em especial das mulheres trabalhadoras;
- 04** Garantir os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, com base na justiça reprodutiva e pela legalização do aborto, com a garantia contra o sucateamento e a ampliação imediata da rede de atendimento aos abortos previstos em lei;
- 05** Elaborar uma Política Nacional Integrada de Cuidado, com orientação de universalização, garantia dos direitos de quem cuida e quem é cuidada/o. Tal política deve visar a reorganização e redistribuição da responsabilidade social pelo cuidado, enfrentando a desigualdade de gênero, raça e etnia e contribuindo para a ampliação e universalização do acesso das mulheres à seguridade social, colocando em diálogo vários ministérios para que esta ação não fique limitada à política de assistencial social;
- 06** Universalizar o direito à creche e ampliação das escolas em tempo integral;
- 07** Instituir ações em todos ministérios de enfrentamento a todas as formas de violências contra as mulheres, crianças e meninas, incluindo a violência política de gênero e implementar um programa de combate ao tráfico de mulheres e a exploração sexual de meninas, adolescentes e mulheres, considerando na formulação das mesmas as especificidades geográficas das mulheres do campo, das florestas e das águas;
- 08** Enfrentar o racismo estrutural e ao encarceramento e genocídio da população negra, quilombola e indígena desse país, o que demanda passos para a desmilitarização e uma segurança pública que respeite os direitos humanos;
- 09** Incentivar programas e ações para uma cultura igualitária, entre outros, como critérios para compras de materiais didáticos do nível básico com foco no combate às diversas formas de preconceito, assim como criar e fortalecer mecanismos para aumentar a participação das mulheres em ciência e tecnologia;
- 10** Executar políticas e programa para democratização dos meios de comunicação, para enfraquecer e derrotar a desinformação, entre tais ações Criar uma política efetiva de acesso à internet como mecanismo essencial para democratização da informação, do acesso à cultura e à educação, tanto nas escolas quanto nas residências de baixa renda, no campo, nas águas, florestas e cidades;
- 11** Construir e implementar políticas públicas de inclusão social e enfrentamento à violência contra lésbicas e sapatões, e pelo fim da LGBTQIA+fobia, do lesbocídio e do transfeminicídio, levando em consideração os dados da primeira etapa do LesboCenso Nacional. Iniciativa inédita no mundo que produziu o primeiro mapeamento do perfil sócio-demográfico de lésbicas e sapatão do Brasil;
- 12** Enfrentar a superexploração e precarização do trabalho das mulheres, com medidas que garantam autonomia econômica, com valorização do salário mínimo, proteção social e previdenciária, assim como garantia a igualdade salarial para homens e mulheres que estão na mesma função e combate às desigualdades nas formas de inserção, com atenção especial à realidade das mulheres negras e das trabalhadoras domésticas;
- 13** Apoiar a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 4216/21 da Autogestão é fundamental para a vida das mulheres nas cidades e nas áreas rurais, assim como estabelecer uma cota no programa MCMV para as mulheres vítimas de violência. A luta das mulheres pelo acesso à moradia e ao direito à cidade é histórica e centrais para ter uma vida digna, para o bem viver.

## ENTIDADES

Articulação de Mulheres Brasileiras  
Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade  
Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Trans  
Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia  
Associação Nacional de Pós-Graduandos  
Central de Movimentos Populares  
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil  
Central Única dos Trabalhadores  
Confederação das Mulheres do Brasil  
Confederação Nacional de Associações de Moradores  
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo financeiro  
Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil  
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
Conselho Nacional de Seringueiros  
Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos  
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas  
Força Sindical  
GT Mulheres da ANA/Articulação Nacional de Agroecologia  
Levante Popular da Juventude  
Marcha Mundial das Mulheres  
Movimento de Mulheres Camponesas  
Movimento dos Atingidos por Barragens  
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
Movimento Negro Unificado  
Movimento Sem Terra  
Mulheres da Rede Sustentabilidade  
Mulheres do Partido Comunista do Brasil  
Mulheres do Partido dos Trabalhadores  
Mulheres do Partido Socialismo e Liberdade  
Mulheres do Partido Socialista Brasileiro  
Mulheres do Partido Verde  
NAPPS MULHER  
Pessoa Central Sindical dos Trabalhadores  
Pessoas com Deficiência  
União Brasileira de Estudantes Secundaristas  
União Brasileira de Mulheres  
União Geral dos Trabalhadores  
União Nacional de Estudantes  
União Nacional por Moradias Populares  
Movimento dos Queridos Agricultores

